

# **Trabalho Final - F 014**

## **A Participação da Unicamp na Preservação dos Direitos Humanos**

Alisson Ceccatto dos Santos	163518
Ana Flávia Pimenta Bonatto	163830

### **Resumo**

Neste trabalho são discutidas grandes dificuldades que envolvem a preservação dos direitos humanos. Nele também é explorada a ação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sobre o tema e uma breve análise de sugestões a serem adotadas pelo HIDS para que o desafio seja melhor solucionado. Para isso são apresentadas iniciativas internacionais como forma de aprender com universidades que já estão debatendo sobre o tema há mais tempo tratam o assunto.

### **1. Motivação**

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada em 1945 como uma resposta aos resultados da Segunda Guerra Mundial. Junto à promessa de nunca mais serem permitidas atrocidades da mesma natureza da Segunda Guerra, a Assembléia Geral da ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10 dezembro de 1948<sup>[1]</sup>. Segundo o documento, os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, de escravidão e tortura, à liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação, e muitos outros<sup>[2]</sup>. Além disso, eles são direitos inerentes a todos os seres humanos, e independem de raça, sexo, nacionalidade, etnia, língua, religião ou outro status<sup>[2]</sup>.

Apesar da garantia dos direitos humanos pelo documento, as estatísticas brasileiras deixam claro o abismo a ser enfrentado antes que este seja plenamente respeitado. De acordo com um estudo de 2018, 30% das pessoas afirmaram já terem sofrido preconceito devido a sua classe social, 26% por motivos religiosos, 24% por sexo, seguidos por 22% e 9% relacionados a cor e orientação sexual respectivamente<sup>[3]</sup>. Outra pesquisa do Datafolha apontou que 42% das mulheres brasileiras já sofreram assédio sexual<sup>[4]</sup>.

Estes dados representam a estrutura social em que o Brasil está inserido e a Unicamp, como parte deste sistema, não está isenta dos problemas sociais brasileiros. Desse modo, é de se esperar que episódios que desrespeitam os direitos humanos aconteçam também dentro da universidade. Pensando nesses desafios que devem ser enfrentados dentro do ambiente acadêmico, foi criada a Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp.

## **2. A Diretoria Executiva de Direitos Humanos (DEDH) <sup>[5]</sup>**

Fundada em 26 de março de 2019, a Diretoria Executiva de Direitos Humanos tem como objetivo promover a cidadania, a tolerância, a diversidade, a inclusão, a pluralidade e a equidade entre os membros da Unicamp. Além disso, a Diretoria se preocupa na promoção dos direitos humanos na sociedade por meio da promoção de políticas públicas e tecnologias que respeitem o meio ambiente e a dignidade humana.

As divisões pertencentes à DEDH possuem os seguintes objetivos:

- *Observatório de Direitos Humanos*: dar suporte à comunidade no respeito e reconhecimento da dignidade humana.
- *Cátedra Sérgio Vieira de Mello*: promover o ensino, a pesquisa e a extensão acadêmica voltadas para pessoas em condição de refúgio.
- *Comissão Assessora de Diversidade Étnico-Racial*: contribuir com a concretização e fortalecimento do papel social da Unicamp.
- *Comissão Assessora de Política de Combate à Discriminação baseada em Gênero e/ou Sexualidade e à Violência Sexual*: apoiar por meio da informação e acolhimento no que se refere às questões relacionadas à Discriminação Baseada em Gênero e Sexualidade e a Violência Sexual.
- *Comissão de Acessibilidade*: oferecer condições de acessibilidade e permanência à comunidade Unicamp, com o compromisso ético de atender as conquistas legais das pessoas com deficiência.

## **3. Compromisso com o HIDS**

Para que seja possível entender melhor como a Unicamp pode atuar na área dos direitos humanos, com ênfase para o seu papel no HIDS, é interessante olhar para a

comunidade internacional. A importância disso está em se aprender com a experiência de outras universidades, já que a atuação formal da Unicamp nessa área ainda é muito recente (como é possível notar com a fundação da DEDH em 2019).

Um dos grandes diferenciais das iniciativas internacionais está na presença de um centro de direitos humanos, que não somente se preocupa com as causas internas da universidade, como também promove pesquisa na área. Nas universidades mais bem reconhecidas mundialmente, estes centros estão geralmente relacionados às faculdades de direito e relações internacionais (sites nas referências [6], [7] e [8]). Essa conexão com o meio acadêmico permite com que o diálogo sobre o assunto dentro da universidade seja fortalecido.

Além da discussão no meio acadêmico, também é interessante que sejam promovidos eventos para o público em geral através de debates, palestras e oficinas, onde profissionais ligados à área dos direitos humanos apresentam a importância dos direitos humanos na vida da população.

Para tanto, a criação de um centro de estudos e de programas de pós-graduação é de extrema importância, seguindo o modelo do Carr Center for Human Rights Policy [7], da Universidade de Londres, onde além de realizar pesquisa, também promove o ensino e uma agenda voltada à sociedade.

Outro ponto importante é a da comunicação com a política, trabalhando junto para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para sociedade e também de realizar um método mais eficiente de informar a comunidade fora do cotidiano acadêmico, fazendo o uso de diferentes plataformas de comunicação.

Um modo de disseminar as ideias de forma mais eficiente e com custo menor, é de realizar cursos curtos de ensino à longa distância, como feito na Universidade de Nottingham, onde há um curso à distância separados por módulos [10]. Os módulos contemplam diversos temas relacionados com os direitos humano, como:

- UN Human Rights System
- Regional Human Rights System
- Economic, Social and Cultural Rights
- International Criminal Justice
- International Refugee Law
- Current Human Rights Issues

- International Humanitarian Law
- Women's Rights
- The Rights of the Child

É de extrema importância e necessidade que sejam criados centros relacionados à esses temas, dado o ataque constante que os direitos humanos vem sofrendo por parte de autoridades, tanto no Brasil como no mundo, e dessa forma dar mais base científica tanto para a comunidade como para as autoridades.

É possível notar, portanto, que o grande incentivo de pesquisa em direitos humanos é um grande beneficiador da sua própria manutenção dentro da universidade. Uma vez que há o comprometimento interno em se estudar sobre o assunto, a discussão sobre seus impactos internos se tornam muito mais acentuados. Além disso, é mais fácil se dialogar com a presença de especialistas na área, o que permite com que palestras e discussões sejam levadas para outros setores da universidade.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pela DEDH está relacionada ao seu curto período de existência. Ainda não há dados suficientes referentes a casos de assédio, racismo ou qualquer outro tipo de desrespeito aos direitos humanos, o que dificulta a tomada de decisão sobre a abordagem e políticas públicas a serem implementadas. Por este motivo seria de grande valia que mais recursos fossem investidos para pesquisas na área dentro da Unicamp.

O fortalecimento de pesquisas em direitos humanos teria também grande impacto social, contemplando assim o objetivo proposto pelo HIDS. O conhecimento desenvolvido dentro da universidade poderia agir como polo irradiador para a compreensão de problemas enfrentados pela população. Além disso, dados e resultados de pesquisas produzidos dentro da Unicamp poderiam ser fornecidos a gestores para uma melhor avaliação e tomada de decisões.

#### **4. Conclusão**

Apesar da Unicamp estar em seu período inicial sobre a discussão dos direitos humanos dentro do Campus, vale mencionar que os atuais esforços somados para se trabalhar o caso são extremamente relevantes.

Desse modo, é importante que o HIDS não somente leve em conta formas de se promover a preservação dos direitos humanos a partir de modelos internacionais bem

sucedidos, como aproveite o que tem sido desenvolvido dentro da Unicamp pela DEDH para a promoção de uma universidade mais igualitária e justa.

## Referências

[1] UNITED NATIONS. History of the Universal Declaration of Human Rights. Disponível em: <<https://www.un.org/en/sections/universal-declaration/history-document/index.html>>.

Acesso em: 17, novembro de 2019.

[2] UNITED NATIONS. Universal Declaration of Human Rights. Disponível em: <<https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/index.html>>. Acesso em: 17,

novembro de 2019.

[3] G1. Datafolha: 30% dos brasileiros dizem ter sofrido preconceito por causa da classe social. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/16/datafolha-30-dos-brasileiros-dizem-ter-sofrido-preconceito-por-causa-da-classe-social.ghtml>>. Acesso em: 17, novembro de 2019.

[4] DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. 42% das mulheres brasileiras já sofreram assédio sexual. Disponível em:

<<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1949701-42-das-mulheres-ja-sofreram-assedio-sexual.shtml>>. Acesso em: 17, novembro de 2019.

[5] UNICAMP. Diretoria Executiva de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.odh.unicamp.br/diretoria-executiva-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 18,

novembro de 2019.

[6] STANFORD HUMAN RIGHTS CENTER. Disponível em: <<https://law.stanford.edu/stanford-human-rights-center/>>. Acesso em: 22, novembro de 2019.

[7] CARR CENTER FOR HUMAN RIGHTS. Disponível em: <<https://carrcenter.hks.harvard.edu/>>. Acesso em: 22, novembro de 2019.

[8] DONIA HUMAN RIGHTS CENTER. Disponível em: <<https://ii.umich.edu/humanrights>>. Acesso em: 22, novembro de 2019.

[9] HUMAN RIGHTS UNIVERSITY OF LONDON. Disponível em: <<https://london.ac.uk/courses/human-rights-ma>>. Acesso em: 26/11/2019.

[10] HUMAN RIGHTS LAW CENTRE. Disponível em:<  
<https://www.nottingham.ac.uk/hrlc/shortcoursesandtraining/distancelearningcourseinternationalhumanrightslaw/modules.aspx>>. Acessado em: 28/11/2019.